



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639178 - PR (2021/0005397-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : WILLIAM CAMPOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : WILLIAM CAMPOS DE OLIVEIRA - PR085793
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : GIOVANNA VICTORIA DA SILVA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANNA VICTORIA DA SILVA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0000485-47.2021.8.16.0000).

A paciente foi presa em flagrante, em razão da suposta prática de crime de tráfico de drogas. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública.

O impetrante sustenta que a aplicação da Súmula n. 691 do STF deveria ser mitigada, haja vista a ausência de fundamentação idônea para negar o pleito defensivo de deferimento da substituição da custódia cautelar por prisão domiciliar, com base no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal.

Assevera que a acusada é mãe de um filho de três anos de idade, que depende dos seus cuidados, aduzindo que a paciente é primária, com bons antecedentes, possui endereço fixo e trabalho lícito, não havendo elementos concretos de que solta voltará a delinquir.

Alega a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar em favor da paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura ou, subsidiariamente, a conversão da segregação cautelar por medidas alternativas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, uma vez que a decisão impugnada está devidamente fundamentada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente